

PEC 7-22

APONTAMENTOS SOBRE UM NOVO PROTAGONISTA NA SAGA DA REFORMA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA

PROF. MARCOS CINTRA (FGV)

Comissão Especial PEC 07/22

Câmara dos Deputados, Brasília 21 de junho de 2022

ROTEIRO

- O que é a PEC 7 e suas inovações
- Como PEC 7 se compara com outras propostas em debate
- Avanços
- Dúvidas e dificuldades
- Conclusões

O QUE É A PEC 7

- 3 tributos para todos os níveis da federação (IR, Vendas a varejo, Riqueza).
- Autonomia e autosuficiência tributárias aos entes federados.
- Desoneração do trabalho
- Rejeição ao IVA

COMPARAÇÕES:

(1)

PACTO FEDERATIVO, AUTONOMIA E CENTRALIZAÇÃO

PLENA AUTONOMIA
DESCENTRALIZAÇÃO
FEDERAÇÃO PERFEITA

MODELO FEDERATIVO BRASILEIRO

UNIFICAÇÃO
CENTRALIZAÇÃO
FEDERAÇÃO RESTRITA

PEC 7

PEC 110

PEC 45
Emenda 2 (Pec 45)

Simplifica Já

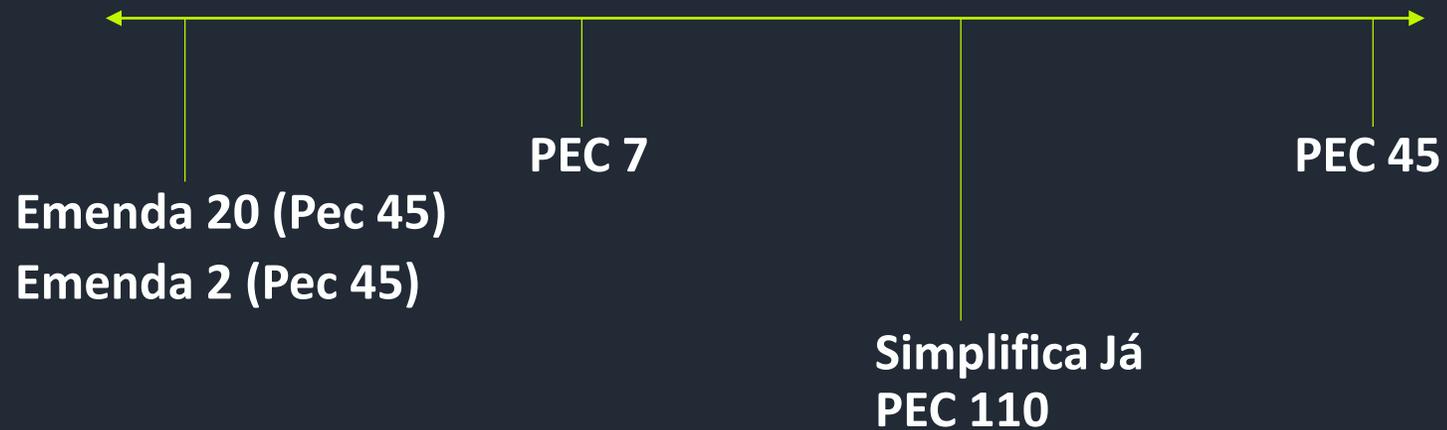
Emenda 20 (Pec 45)

COMPARAÇÕES:
(2)

DESONERAÇÃO
DO TRABALHO

DESONERAÇÃO
PATRONAL E LABORAL

SEM DESONERAÇÃO



COMPARAÇÕES:

(3)

USO DE IVA'S



AVANÇOS DA PEC 7

Desoneração Parcial do Trabalho

Responsabilidade Fiscal

Melhora práticas políticas

Evita complexidade dos IVAs em federações

Desoneração da Produção

DÚVIDAS E
DIFICULDADES
DA PEC 7

(1)

**Modificação radical no atual Pacto
Federativo**

Desoneração do trabalho apenas patronal

**Excesso de tributos em federação de três
andares**

Inviabilização de Estados e Municípios

DÚVIDAS E
DIFICULDADES
DA PEC 7
(2)

Ausência de mecanismos de transição.

Financiamento solidário da Seguridade Social (União, Estados e Municípios).

Impacto nas alíquotas do IR e do Sales Tax para financiar Seguridade e reflexo na evasão.

Não há previsão de uso do poder residual da União para financiar Seguridade.

DÚVIDAS E
DIFICULDADES
DA PEC 7
(3)

Sistema S opcional trará muita oposição ao programa.

Necessidade de maior apoio político para sua viabilização.

Falta de avaliações de impacto.

**Dificuldades para todo ente federado
“equalizar suas contas da melhor maneira
que entenderem”.**

CONCLUSÕES:

(1)

“Mudanças radicais” no modelo tributário podem inviabilizar sua aprovação, principalmente em países com níveis de desigualdades regionais acentuadas.

Pode gerar complexidade ao pulverizar competências tributárias.

Pode ser o veículo para a urgente e necessária desoneração do trabalho.

CONCLUSÕES:

(2)

Inviabiliza benefícios tributários (ZFM).

Difícil cobrança do Imposto de Vendas a Varejo.

Financiamento da Seguridade com a eliminação das contribuições sociais imporá alíquotas elevadas nos demais tributos previstos (IR e Vendas a Varejo).



OBRIGADO

PROF. MARCOS CINTRA
marcos.cintra@fgv.br